

# Workshop LGPD

---

As bases legais e hipóteses de tratamento  
de dados pessoais da LGPD

# Agenda

- **Resumo sobre a LGPD e projetos de adequação**
- **Hipóteses de tratamento de dados pessoais da LGPD**
- **Como utilizar o LGPD Governance (PCP) para tratar as bases legais**





## Adilson Taub Junior

CIO/CTO  
DPO certified

20+ years of experience, helping  
companies solve problems with the  
right tools

### Contatos



/in/ataubjr/



adilsontj@rgm.com.br

### Acadêmico



**Master of Business  
Administration (MBA)**  
Gestão Estratégica de Negócios

**Formação Executiva**  
Compliance Empresarial (FGV)

**Pós-graduação**  
Engenharia de Software

**Graduação**  
Processamento de Dados

### Certificações



#### Privacy & Security Management

Data Protection Officer (DPO)  
Privacy and Data Protection Practitioner  
Privacy and Data Protection Foundation  
Information Security (ISO/IEC 27.001)



#### IT Governance and Service Management

IT Service Management (ISO/IEC 20.000)  
ITIL V3 Fdn. Certified  
COBIT 4.1 Fdn. Certified  
ITIL V2 Fdn. Certified



#### Software Engineering

Professional Scrum Product Owner (PSPO I)  
Professional Scrum Master (PSM I)  
Certified Scrum Professional  
Certified ScrumMaster  
Kanban Foundation KIKF  
IBM Certified Solution Designer (RUP)  
Certified Expert in BPM



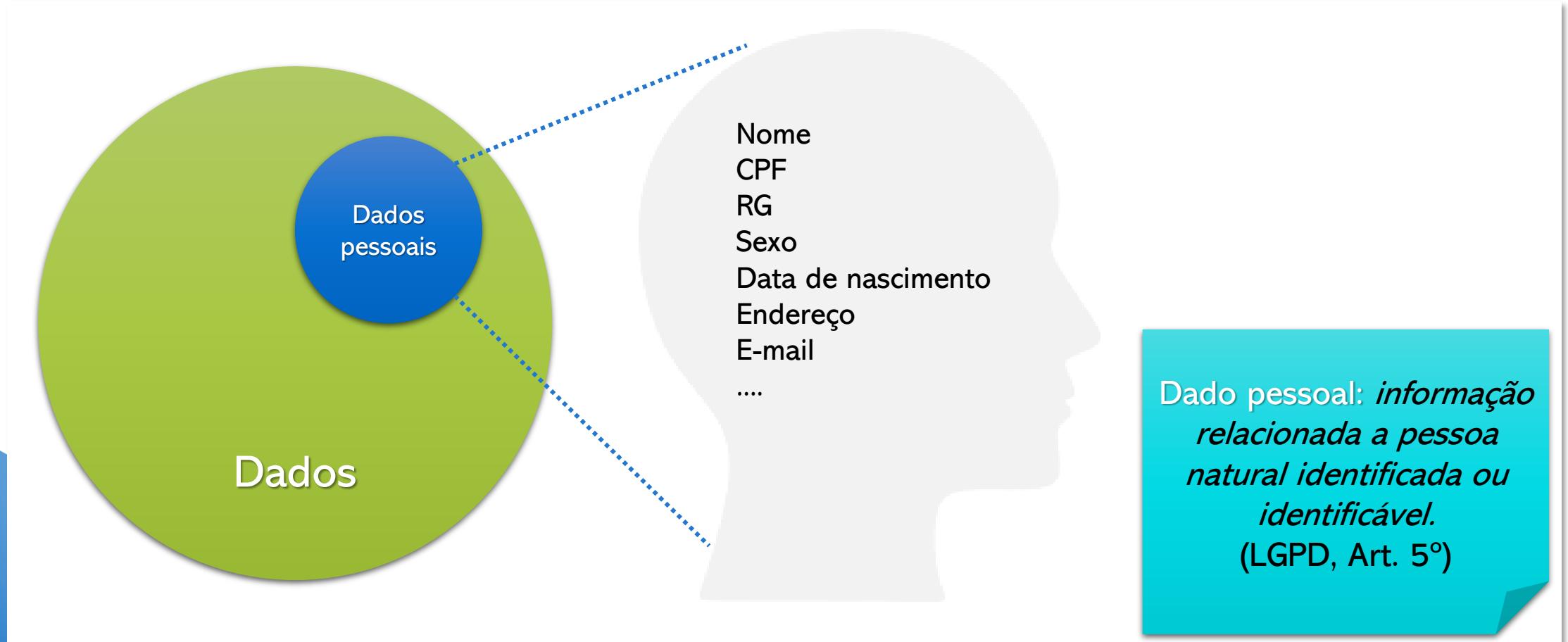
### Mapa de habilidades



# Resumo sobre a LGPD e projetos de adequação

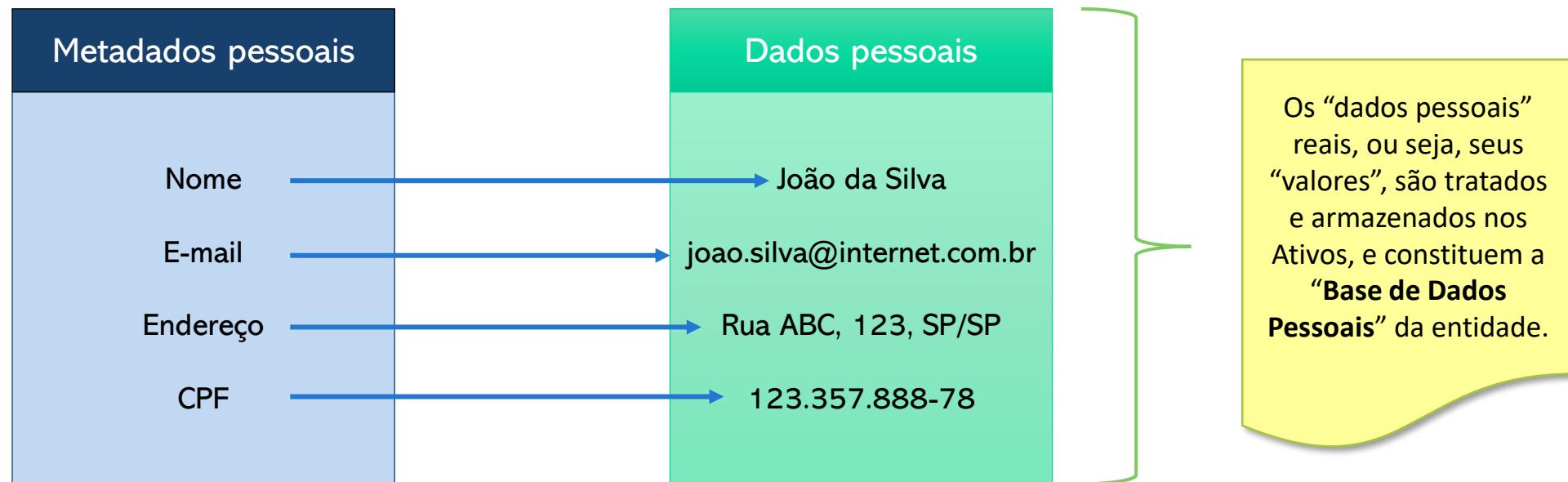


# Dados pessoais



# Dados e metadados pessoais

- Em um projeto de adequação à LGPD, inicialmente, o foco são os **metadados pessoais** e não o **valor** desses dados.



# Privacidade

*“São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.”*

(Constituição Federal, Art. 5º, inciso X)

*“é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.”*

(Constituição Federal, Art. 5º, inciso LXXIX – EC 115/22)

# Histórico da LGPD

- Constituição Federal (Art. 5º)
- Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)
- Lei de Crimes Cibernéticos (Lei Carolina Dieckmann - Lei nº 12.737/2012)
- Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)
- *General Data Protection Regulation - GDPR* (União Europeia - 2016)
- *California Consumer Privacy Act of 2018 – CCPA* (Estados Unidos - 2018)
- Lei da Desburocratização (Lei n.º 13.726/2018)
- Resolução 4658 BACEN (2018)



# Objetivo da LGPD

- **Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, *inclusive nos meios digitais*, por pessoa natural ou por *pessoa jurídica de direito público ou privado*, com o objetivo de *proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade* e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

(Lei nº 13.709/18)

- Promulgada em 14 de agosto de 2018
- Em vigor desde 18 de setembro de 2020
- Sanções começaram a ser aplicadas em 01 de agosto de 2021

# Escopo da LGPD

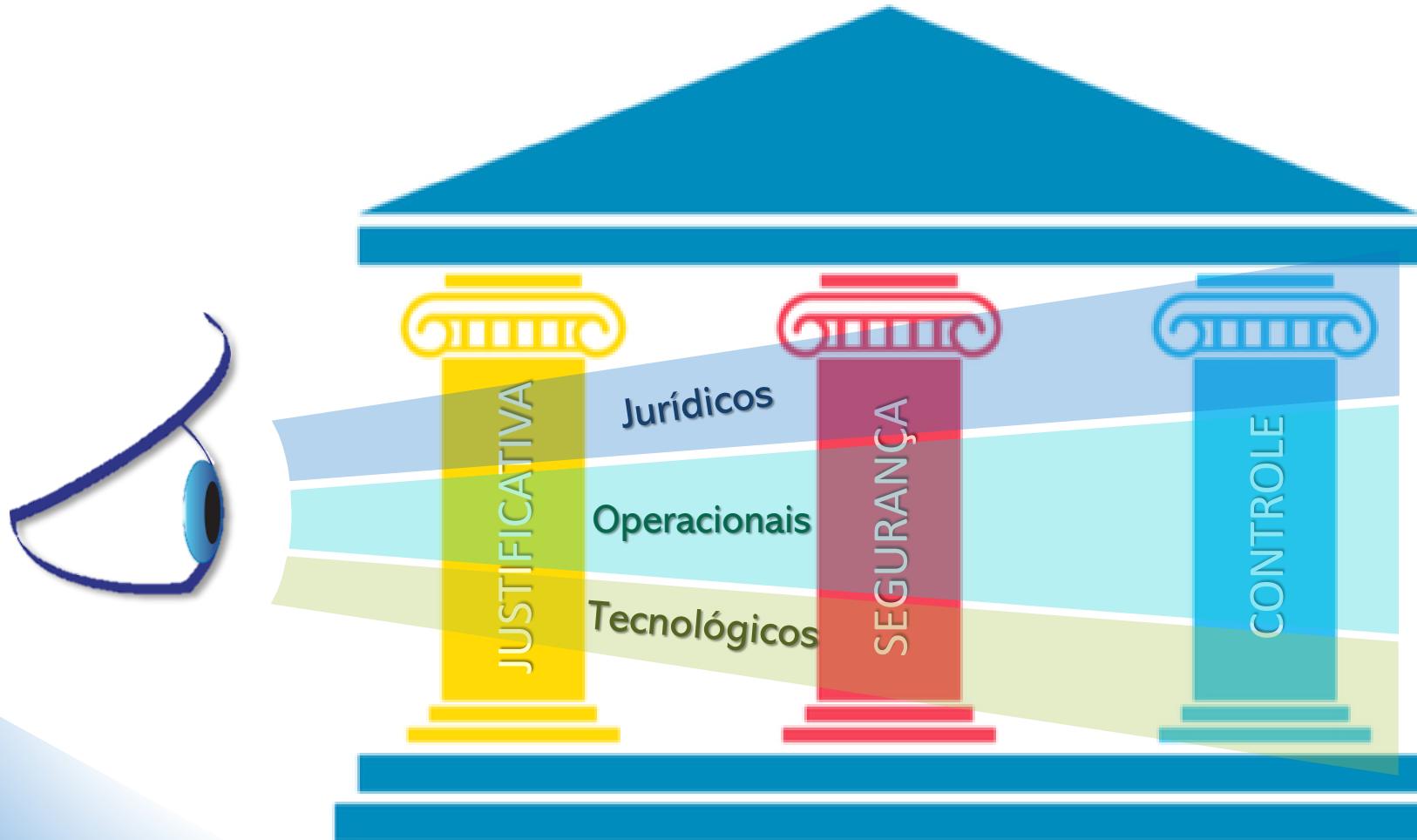


É necessário **justificar** todos os tratamentos de Dados Pessoais que você realiza e encontrar **bases legais** que sustentem as rotinas de coleta, processamento, armazenamento e distribuição desses dados

Deverá se implementar medidas administrativas e técnicas de **segurança da informação**, para garantir a **Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade** dos Dados Pessoais que você usa

Por fim, é preciso implantar **novos procedimentos operacionais obrigatórios** segundo a LGPD e **modificar suas rotinas atuais** visando atender a todos os novos parâmetros legais em vigor, incluindo gerenciar os **Direitos dos Titulares**

# Pilares de adequação à LGPD



# Hipóteses de tratamento de dados pessoais na LGPD

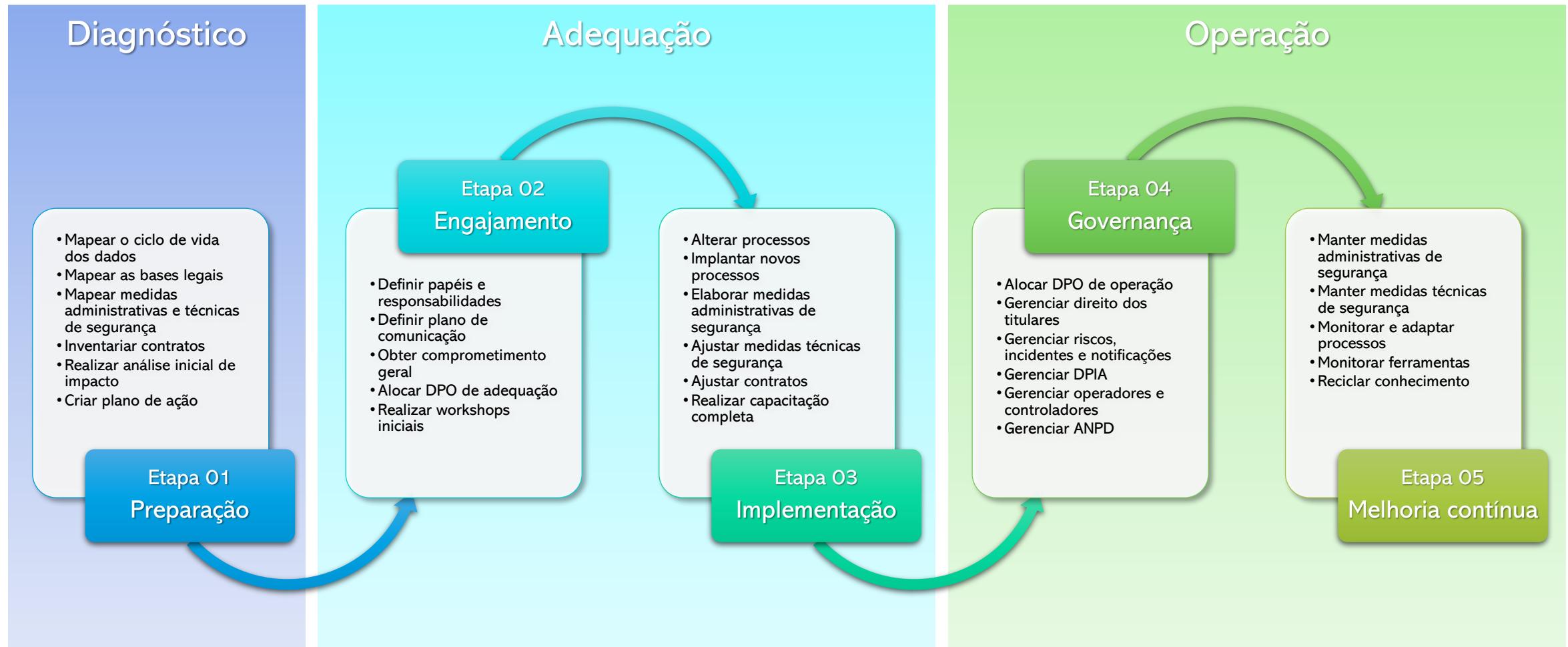


# Princípios do tratamento de dados pessoais

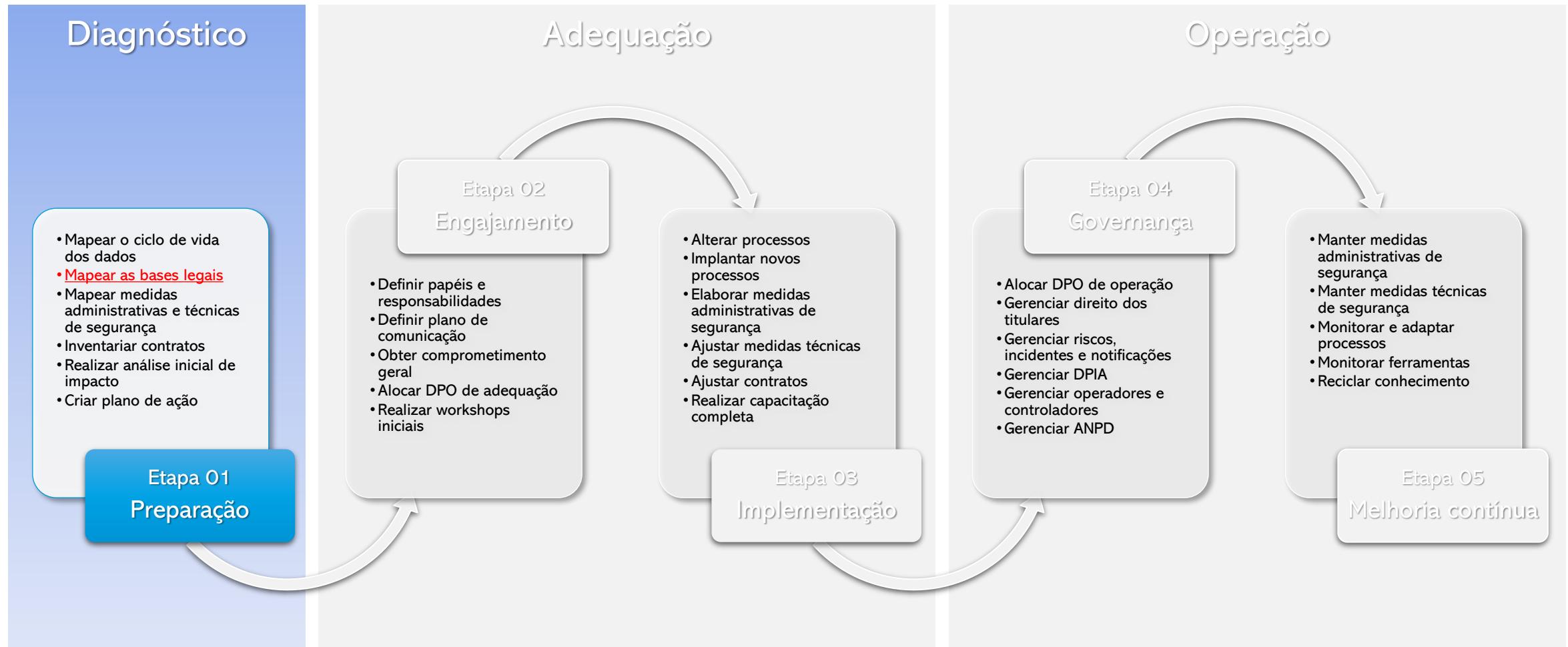
- **Art. 6º** As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

- I - **finalidade**: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- II - **adequação**: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- III - **necessidade**: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- IV - **livre acesso**: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- V - **qualidade dos dados**: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- VI - **transparência**: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- VII - **segurança**: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- VIII - **prevenção**: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- IX - **não discriminação**: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- X - **responsabilização e prestação de contas**: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

# Como implementar um SGPD



# Como implementar um SGPD



# Diagnóstico

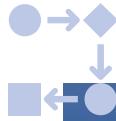
## 1. Preparação

- Principal objetivo da etapa:
  - Elaborar o *Plano de Ação* com atividades claras e objetivas que deverão ser executadas posteriormente para garantir a adequação do controlador à LGPD.
- Perguntas que devemos responder nessa etapa:
  - Quais Dados Pessoais utilizamos e como eles trafegam por nossas rotinas?
  - Por que utilizamos esses Dados Pessoais e como justificamos isso?
  - Utilizamos apenas os Dados Pessoais minimamente necessários para cumprir nossos objetivos?
  - Quais são os compromissos que nossa empresa assume em relação à privacidade e segurança de dados?
  - Quais os níveis de Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade dos nossos Ativos de Informação?
  - Como está nosso website corporativo em relação à LGPD?
  - Temos um DPO?
  - Sob quais riscos de privacidade estamos atuando hoje? Como tratá-los?
  - O que temos que fazer para cobrirmos as lacunas em relação à LGPD?

# Etapa de Preparação

## Passo 1.1 Encontrar os Dados Pessoais

### Mapear os processos de negócio



- Usar modelagem BPMN
- Identificar atores
- Determinar objetivo e responsável de cada processo

### Inventariar seus Ativos



- Classificar o tipo (físico ou eletrônico)
- Detalhar quem mantém o Ativo
- Associar aos processos de negócio
- *Envolvimento do time de TI*

### Inventariar seus Artefatos e Dados



- Artefatos são documentos (físicos ou eletrônicos) que circulam pelos Ativos (devem ser associados)
- Dados pessoais estão dentro de Artefatos e podem ser reutilizados em vários artefatos

### Classificar seus Dados Pessoais



- A LGPD classifica os dados pessoais em “normais” ou “sensíveis”
- O Decreto Federal 10.046 estende essa classificação e pode ser utilizado em conjunto

# Etapa de Preparação

## Passo 1.2 Justificar os Tratamentos de Dados Pessoais

### Elencar cada tratamento de dado



- Um processo pode ter “n” tratamentos em execução
- Identificar os detalhes sobre o ciclo de vida dos dados para cada tratamento
- Identificar parâmetros adicionais (como o uso de operadores, dados de crianças, compartilhamento e rotinas automatizadas)

### Classificar as hipóteses



- Utilizar os incisos definidos no Art. 7º para dados normais
- Utilizar os incisos definidos no Art. 11º para dados sensíveis
- *Envolvimento do time jurídico*

### Associar fundamentos legais



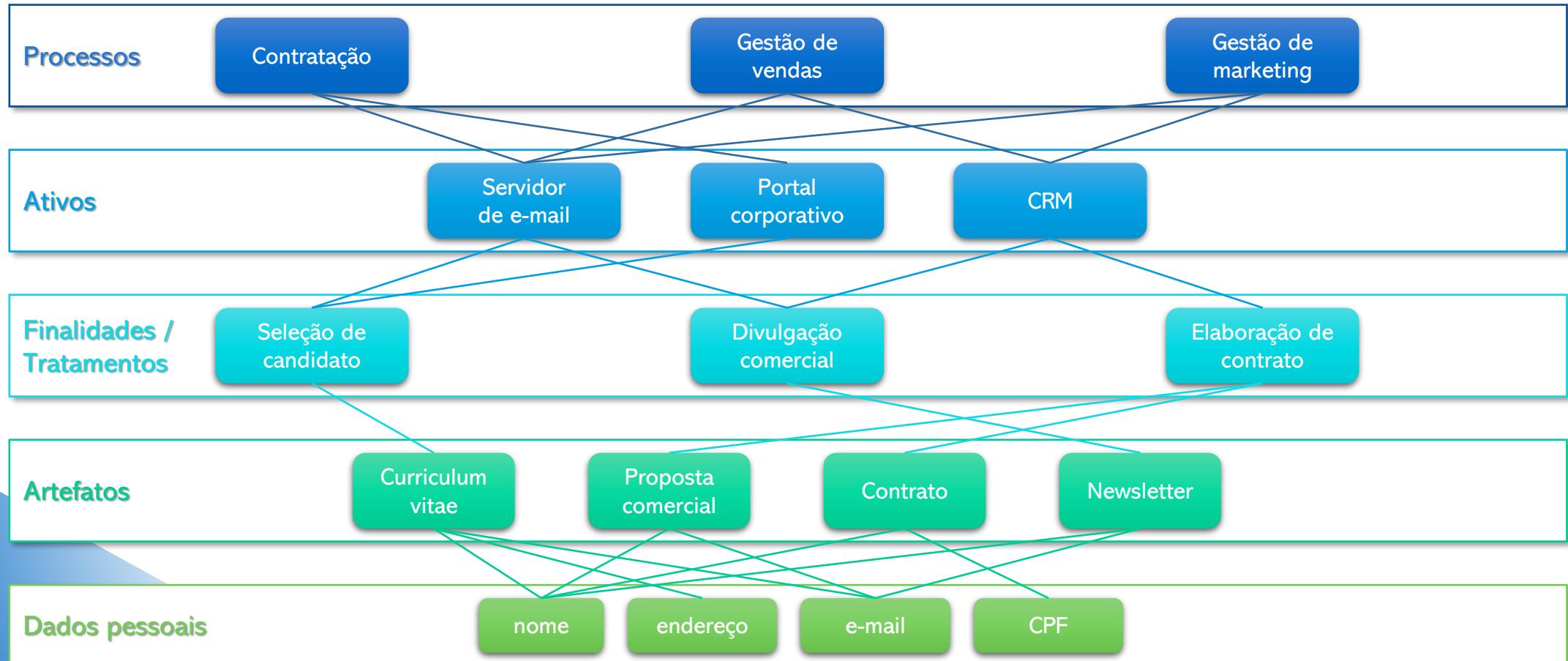
- Algumas hipóteses de tratamento podem exigir a indicação de fundamentos legais adicionais para justificar cada tratamento de dados
- *Envolvimento do time jurídico*

### Analizar o princípio da Necessidade



- Para cada tratamento inventariado, é necessário indicar quais artefatos são utilizados e, dentro desses artefatos, quais dados pessoais são **REALMENTE** necessários para cumprir a finalidade do tratamento de dados
- *Envolvimento do time jurídico*

# Hierarquia da informação pessoal



# Finalidades de Tratamento de Dados

- Cada processamento de um Dado Pessoal (que ocorre por um motivo específico), pode ser considerado uma **Finalidade de Tratamento de Dados Pessoais**, que deve ser detalhada corretamente, especificando:
  - Quais artefatos e dados pessoais são utilizados na rotina e em quais ativos de informação
  - Origem e destino da informação
  - Se é executado por um Operador (e quem é o Operador)
  - Se realiza Dados Pessoais (e com quem se compartilha)
  - Se é uma rotina automatizada (sem intervenção humana)
  - Se trata dados de crianças e adolescentes
  - Se os dados são descartados ao final, e qual o período de retenção
  - Qual a base legal que justifica/sustenta o tratamento de dados

# Exemplo de inventário de dados pessoais

(1/2)

- **Processo de Negócio:** Admissão de Colaborador
- **Objetivo do processo:** Realizar a contratação de um novo colaborador para o quadro da entidade, disponibilizando mais força de trabalho a um determinado time de trabalho
- **Ativos de Informação envolvidos:** e-mail, ERP, WhatsApp
- **Artefatos envolvidos:** Curriculum, e-mail de agendamento de entrevista, contrato de prestação de serviços, crachá, carteirinha de plano de saúde
- **Dados pessoais envolvidos:** Nome, data de nascimento, endereço de e-mail, endereço residencial, telefone, dados bancários, tipo sanguíneo, histórico médico

# Exemplo de inventário de dados pessoais

(2/2)

## Finalidade #01

### Seleção de candidato

- **Ativo utilizado:** e-mail
- **Artefato utilizado:** Curriculum
- **Dados pessoais tratados:** Nome, data de nascimento, telefone, e-mail, endereço residencial
- **Hipótese de tratamento:** Legítimo interesse do Controlador (Art. 7º, inciso IX)
- **Tempo de armazenamento:** 12 meses
- **Compartilha dados com terceiros:** Não
- **Usa operador:** Não
- **Trata dados de crianças ou adolescentes:** Não

## Finalidade #02

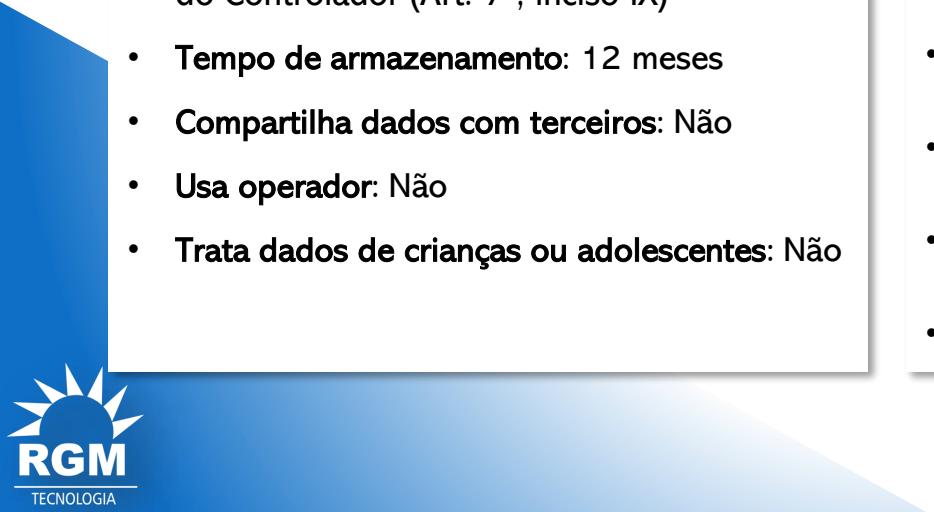
### Contratação

- **Ativo utilizado:** Folha de Pagamento, eSocial, ERP
- **Artefato utilizado:** Contrato de Trabalho
- **Dados pessoais tratados:** Nome, data de nascimento, telefone, e-mail, endereço residencial, dados bancários, CPF, PIS
- **Hipótese de tratamento:** Execução de Contratos (Art. 7º, inciso V)
- **Tempo de armazenamento:** 5 anos após demissão
- **Compartilha dados com terceiros:** SIM: Receita Federal, via eSocial
- **Usa operador:** SIM: Terceirizado da Contabilidade
- **Trata dados de crianças ou adolescentes:** Não

## Finalidade #03

### Convite para festas

- **Ativo utilizado:** e-mail, Whatsapp
- **Artefato utilizado:** Convite
- **Dados pessoais tratados:** Nome, telefone, e-mail
- **Hipótese de tratamento:** Consentimento do Titular (Art. 7º, inciso I)
- **Tempo de armazenamento:** N/A
- **Compartilha dados com terceiros:** Não
- **Usa operador:** Não
- **Processo de consentimento:** XPTO
- **Trata dados de crianças ou adolescentes:** Não



# Quando usar cada hipótese



# Hipóteses de Tratamento de Dados

- Cada Finalidade de Tratamento de Dados Pessoais deve ter uma **Hipótese de Tratamento** associada, de acordo com os Artigos 7º e 11º da LGPD:
  - Cumprimento de obrigação legal ou regulatória
  - Execução de políticas públicas
  - Realização de estudos e pesquisas
  - Execução de contrato
  - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais
  - Proteção da vida
  - Tutela de saúde
  - Proteção de crédito
  - Proteção contra fraudes
  - Legítimo interesse do controlador
  - Consentimento explícito

# Cumprimento de obrigação legal ou regulatória

- Utilizada quando há um dispositivo legal externo (fundamento legal) que obriga o Controlador a executar a rotina de tratamento de dado pessoal associado
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Realizar pagamentos
  - Finalidade de tratamento: Pagar salário de colaborador
  - Artefatos utilizados:
    - Ordem bancária: Nome | CPF | Dados bancários | Valor do salário
    - Comprovante de pagamento: Nome | Dados bancários | Valor do salário
    - Registro de evento no eSocial: Nome | CPF | Valor pago
  - Hipótese associada: Art. 7º inciso II ou Art. 11º inciso II, alínea “a”
  - Fundamento legal associado: Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT), Art. 465

*“O pagamento dos salários será efetuado em dia útil e no local do trabalho, dentro do horário do serviço ou imediatamente após o encerramento deste, salvo quando efetuado por depósito em conta bancária, observado o disposto no artigo anterior.”*
- **Regras:**
  - Requer, obrigatoriamente, o apontamento de qual **Fundamento Legal** está associado (Lei, Decreto, Portaria etc.)
  - Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
  - Pode ser utilizado por entes públicos ou privados

# Execução de políticas públicas

- Utilizada pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Implementar programa “Internet para todos”
  - Finalidade de tratamento: Cadastrar usuário rural
  - Artefatos utilizados:
    - Cadastro de usuário: Nome | CPF | Endereço
    - Login de usuário: e-mail | senha
  - Hipótese associada: Art. 7º inciso III ou Art. 11º inciso II, alínea “b”
  - Fundamento legal associado: Portaria Estadual 999/25, Art. 3º

*“O acesso ao programa Internet para Todos ocorrerá mediante cadastro pessoal e intransferível de um representante adulto da moradia rural, onde se identifique, individualmente, a pessoa natural responsável por guardar o login e senha de acesso ao programa.”*
- **Regras:**
  - Requer, obrigatoriamente, o apontamento de qual **Fundamento Legal** está associado (Lei, Decreto, Portaria etc.)
  - Requer que o tratamento ainda cumpra todos os requisitos estabelecidos nos Artigos 23 a 30 da LGPD
  - Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
  - Pode ser utilizado apenas por entes públicos

# Realização de estudos e pesquisas

- Utilizada por órgãos de pesquisa para a realização de estudos
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Realizar pesquisa de intenção eleitoral
  - Finalidade de tratamento: Compilar respostas de entrevistados
  - Artefatos utilizados:
    - Formulário de resposta: Nome\* | Idade | Candidato | Gênero/Sexo\*
  - (\*) Dados devem ser anonimizado antes da publicação dos resultados
  - Hipótese associada: Art. 7º inciso IV ou Art. 11º inciso II, alínea “c”
- **Regras:**
  - Só pode ser utilizada por órgãos de pesquisa (públicos ou privados)
  - Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
  - Define que, sempre que possível, deve-se anonimizar os dados pessoais tratados, principalmente os sensíveis

# Execução de contrato

- Utilizada quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Realizar venda
  - Finalidade de tratamento: Elaborar proposta comercial
  - Artefatos utilizados:
    - Proposta comercial: Nome do cliente | e-mail do cliente | Nome do vendedor | e-mail do vendedor | assinatura do vendedor
  - Hipótese associada: Art. 7º inciso V
- **Regras:**
  - Não permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
  - Deve ser utilizado sempre observando os interesses do Titular de Dados
  - Pode ser utilizado por ente público ou privado

# Processos judiciais, administrativos ou arbitrais

- Utilizada para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Gerenciar reclamações na ouvidoria
  - Finalidade de tratamento: Segmentar reclamações e dar primeiro atendimento
  - Artefatos utilizados:
    - Formulário de reclamação: Nome do reclamante | e-mail do reclamante | Nome do colaborador envolvido
    - Hipótese associada: Art. 7º inciso VI ou Art. 11º inciso II, alínea “c”
- **Regras:**
  - Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
  - Pode ser utilizado por ente público ou privado
  - Quando se tratar de processo arbitral, deve-se observar os dispostos na Lei nº 9.307/96

# Proteção da vida

- Utilizada para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Gerenciar incidente de trabalho
  - Finalidade de tratamento: Abrir ocorrência de acidente de trabalho
  - Artefatos utilizados:
    - Formulário de ocorrência: Nome do colaborador | idade do colaborador
  - Hipótese associada: Art. 7º inciso VII ou Art. 11º inciso II, alínea “e”
- **Regras:**
  - Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
  - Pode ser utilizado por ente público ou privado

# Tutela de saúde

- Utilizada para a tutela da saúde, considerando todas as etapas de atendimento, pronto atendimento, exames, procedimentos cirúrgicos ou farmacêuticos e odontológicos
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Realizar pronto atendimento
  - Finalidade de tratamento: Atualizar prontuário de triagem do paciente
  - Artefatos utilizados:
    - Prontuário médico: Nome do paciente | idade do paciente | gênero/sexo do paciente | temperatura corporal | dados PCD | pressão arterial
    - Hipótese associada: Art. 7º inciso VIII ou Art. 11º inciso II, alínea “f”
- **Regras:**
  - Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
  - Pode ser utilizado por ente público ou privado
  - Só pode ser utilizada em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária
  - Quando os dados forem compartilhados com outros agendes que não sejam profissionais de saúde, deve-se utilizar o consentimento do Titular de Dados

# Proteção de crédito

- Utilizada para a análise de crédito de consumidores, como consulta de cadastro negativo de consumidores que é previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC)
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Realizar empréstimo
  - Finalidade de tratamento: Verificar solvência e risco de crédito para empréstimo
  - Artefatos utilizados:
    - Cadastro negativo: Nome do cliente | cpf do cliente | nível de solvência do cliente
  - Hipótese associada: Art. 7º inciso X
- **Regras:**
  - Não permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
  - Pode ser utilizado por ente público ou privado
  - Geralmente utilizada por entidades financeiras
  - Deve ser utilizada ainda se observando os demais direitos do Titular de Dados

# Proteção contra fraudes

- Utilizada para identificação e autenticação de cadastro de sistemas eletrônicos visando a proteção dos interesses do Titular de Dados contra fraudes
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Consultar extrato bancário
  - Finalidade de tratamento: Verificar autenticidade de login de usuário
  - Artefatos utilizados:
    - Cadastro do usuário: Nome do cliente | chave de acesso do cliente | biometria facial do cliente
  - Hipótese associada: Art. 11º inciso II, alínea “g”
- **Regras:**
  - Exclusivo para o tratamento de dados pessoais sensíveis (biométricos)
  - Pode ser utilizado por ente público ou privado
  - Deve ser utilizada ainda se observando os demais direitos do Titular de Dados

# Legítimo interesse do controlador

- Utilizada para casos onde o tratamento de dados visa atender aos interesses do controlador, em especial sobre a promoção de suas atividades
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Admissão de novo colaborador
  - Finalidade de tratamento: Análise de *curriculum vitae*
  - Artefatos utilizados:
    - Curriculum vitae: Nome | cpf | idade | e-mail | endereço | histórico profissional | conhecimentos técnicos
  - Hipótese associada: Art. 7º inciso IX
    - “A triagem de CV visa dar agilidade ao processo de admissão buscando encontrar candidatos compatíveis com a descrição da vaga. O Titular de Dados se beneficia com esse tratamento uma vez que se candidatou por vontade própria e também não quer perder tempo em entrevistas improdutivas, onde ele não tem chances reais de prosseguir no processo de contratação.”
- **Regras:**
  - Não permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
  - Pode ser utilizado por ente público ou privado
  - Deve ser utilizada ainda se observando os interesses do Titular de Dados e eventuais riscos
  - Deve ser sempre acompanhado de uma descrição do interesse do Controlador e dos benefícios obtidos pelo Titular de Dados
  - O uso dessa hipótese não está regulamentado pela ANPD

# Consentimento explícito do titular de dados

- Utilizada quando não há outra hipótese que sustente ou justifique o tratamento de dados pessoal
- **Exemplo:**
  - Processo de negócio: Cadastro de cliente
  - Finalidade de tratamento: Atualização da lista de convites de evento beneficente
  - Artefatos utilizados:
    - Cadastro do usuário: Nome do cliente | e-mail do cliente
  - Hipótese associada: Art. 7º, inciso I ou Art. 11º inciso I
- **Regras:**
  - Permite o tratamento de dados pessoais sensíveis
  - Pode ser utilizado por ente público ou privado
  - Obrigatório quando há compartilhamento de dados pessoais entre entes públicos e privados
  - Deve ser específico, claro, preciso, datado e com prazo pré-definido
  - Quando for solicitado, deve ser destacado de outras cláusulas e ser acompanhado com uma descrição dos impactos na não aceitação do consentimento
  - Pode ser revogado como um dos direitos dos Titulares de Dados previstos na LGPD

# Demonstração prática



# Obrigado!

Adilson Taub Jr.

<https://www.linkedin.com/in/ataubjr/>

RGM Tecnologia

[www.rgm.com.br](http://www.rgm.com.br)

SCAN ME

